

## GÊNERO, IDEOLOGIA E PODER: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DISCURSOS PARLAMENTARES SOBRE A POLÍTICA EDUCATIVA NO BRASIL

## GENDER, IDEOLOGY AND POWER: A CRITICAL ANALYSIS OF PARLIAMENTARY SPEECHES ON EDUCATIONAL POLICY IN BRAZIL

## GÉNERO, IDEOLOGÍA Y PODER: UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LOS DISCURSOS PARLAMENTARIOS SOBRE POLÍTICA EDUCATIVA EN BRASIL

Priscila Freire<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho propõe uma análise dos discursos de parlamentares da Câmara dos/as Deputados/as do Brasil em relação à temática de gênero e sexualidade na política pública de educação no país, no período de 2014 a 2018. A partir da análise crítica feminista do discurso o argumento busca demonstrar o aspecto semiótico nos pronunciamentos dos/as parlamentares ao tratar dessa temática. Os resultados dão conta que os posicionamentos contrários à temática constroem uma estrutura discursiva ideológica com a expressão “nós contra a minoria” para desestabilizar as correlações de força em torno das questões de gênero e sexualidade nas políticas públicas. Por fim, essa abordagem pretende somar-se ao conjunto de outros trabalhos que se colocaram na esteira da resistência acadêmica contra a extrema-direita no Brasil.

**Palavras-chave:** Discursos parlamentares. Política educativa. Crítica feminista. Gênero. Orientação sexual.

**Abstract:** This paper proposes an analysis of the speeches of parliamentarians of the Chamber of Deputies of Brazil in relation to the theme of gender and sexuality in public education policies in the country, from 2014 to 2018. From the critical feminist analysis of the discourse, the argument seeks to demonstrate the semiotic aspect in the parliamentarians' pronouncements when dealing with this theme. The results show that positions contrary to the theme build an ideological discursive structure with the expression "we against the minority" to destabilize the correlations of strength around of gender and sexuality issues in public policies. Finally, this approach intends to add to the set of other works that have placed themselves in the wake of academic resistance against the extreme right in Brazil.

**Keywords:** Parliamentary speeches. Educational policy. Feminist criticism. Genre. Sexual orientation.

**Resumen:** Este trabajo propone un análisis de los discursos de los parlamentarios de la Cámara de Diputados de Brasil con relación al tema género y sexualidad en la política de educación pública en el país, en el período de 2014 a 2018. A partir del análisis feminista crítico del discurso, la argumentación busca demostrar el aspecto semiótico en las declaraciones de los parlamentarios al abordar este tema. Los resultados muestran que posiciones contrarias al tema construyen una

<sup>1</sup> Professora da Universidade do Estado do Amazonas. Doutoranda em Sociologia na Universidade de Coimbra. Membro do Grupo de Pesquisa em Sexualidade do Centro de Estudos Sociais (GPS-CES). E-mail: [priscillafreyre@hotmail.com](mailto:priscillafreyre@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4031-543X>.

estructura discursiva ideológica con la expresión "nosotros contra la minoría" para desestabilizar las correlaciones de fuerza en torno a temas de género y sexualidad en las políticas públicas. Finalmente, este enfoque pretende sumarse al conjunto de otros trabajos que se han colocado en el camino de la resistencia académica contra la extrema derecha en Brasil.

**Palabras clave:** Discursos parlamentarios. Política educativa. Crítica feminista. Género. Orientación sexual.

## Introdução

Este trabalho analisa os discursos parlamentares de Deputadas e Deputados da Câmara Legislativa do Brasil em relação à temática de gênero e sexualidade na educação. O ponto de partida dessa análise direciona-se para o aspecto e/ou momento semiótico em que os discursos parlamentares apresentam seus posicionamentos em um contexto público e de representação política. A referência teórica e metodológica utilizada é a análise crítica feminista do discurso seguindo a proposta de Michelle Lazar (2007), bem como a abordagem discursiva como um momento da prática social de Fairclough (2001), que permitem abordar os pronunciamentos parlamentares sob uma perspectiva que não está fixa ao texto, mas principalmente porque possibilita questionar a relação gênero, ideologia e poder que estão presentes no cenário político e social do país.

O trabalho parte da análise crítica feminista e do conceito de discurso como prática social para descrever os pronunciamentos dos/as parlamentares como textos. Na primeira parte do artigo explico o modo de acesso às falas de deputadas e deputados na forma de textos escritos, que foram coletados no período de março de 2014 a março de 2018. Justifico essa temporalidade devido ao contexto político social que tais discursos refletiram na realidade brasileira. O ano de 2014 foi de eleições presidenciais em que concorreu à reeleição a Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), um momento de grande tensão política na disputa eleitoral com um candidato, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representante da direita e elite conservadora do país. A forte tensão desse período culminou, em 2016, com o golpe parlamentar jurídico e midiático em um processo de impeachment com uma acusação falsa contra a Presidenta, e comprovada como farsa após a sua derrubada da presidência<sup>2</sup>. A derrota da direita nas eleições e, mesmo com forte campanha eleitoral, a articulação de grupos de interesses contrários aos avanços sociais que as classes populares conquistaram durante os anos de governo do PT

<sup>2</sup> Para uma leitura aprofundada histórica e criticamente desse período ver Souza (2016).

possibilitaram a guinada da extrema-direita ao poder. No ano de 2018 as eleições presidenciais foram marcadas pelo impedimento do ex-Presidente Lula da Silva em participar do pleito devido uma prisão arbitrária e parcial<sup>3</sup>, e a eleição de Bolsonaro selou a história do presente como tempos obscuros na política brasileira. As forças conservadoras do país, nesse contexto, construíram a polêmica em torno da temática de gênero e sexualidade na política pública, principalmente na educação, sendo contrárias aos avanços na conquista de direitos sexuais das mulheres e da população LGBT.

Na segunda parte do artigo abordo propriamente os discursos parlamentares coletados para a análise. Os pronunciamentos parlamentares são analisados em conjunto, e não especificamente na íntegra de cada fala parlamentar em separado, porque o interesse da minha abordagem é demonstrar como tais discursos se constituem em um panorama das disputas simbólicas e materiais pelo poder no Brasil. Analiso, portanto, a dinâmica discursiva ao longo desses últimos anos em que as forças conservadoras da elite brasileira têm contribuído para a manutenção da classe dominante no país, reverberando assim no cenário de extrema-direita do quadro atual da política.

Por fim, espero poder contribuir com as formas de resistência acadêmica ao tentar demonstrar que os discursos parlamentares contrários à temática de gênero e sexualidade na educação contribuem para uma ideologia hegemônica de dominação, contra os quais também me posiciono politicamente e em defesa de uma educação pública e democrática.

## **Análise crítica feminista do discurso e o objeto de análise: os pronunciamentos parlamentares**

A análise crítica feminista do discurso de acordo com Michelle Lazar (2007) tem por intuito analisar o funcionamento complexo do poder e da ideologia que sustentam uma ordem social de assimetria de gênero. O conceito de discurso como prática social (FAIRCLOUGH, 2001) é importante desde uma perspectiva feminista, uma vez que esta coloca em questão a não neutralidade das práticas sociais pelo viés do gênero. Para Fairclough o discurso como prática social implica ser o discurso um modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas, bem como um modo de representação. Implica ainda “uma relação dialética entre o discurso e a

---

<sup>3</sup> Recentemente o STF reconheceu que o Juiz Sérgio Moro, então magistrado da condenação do ex-Presidente Lula da Silva, agiu com motivações políticas. Conferir em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462854&ori=1>

estrutura social” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91) assim, ele é socialmente constitutivo não apenas por representar o mundo, mas construindo o mundo em significado. Nesse sentido, as práticas sociais que incidem sobre o gênero o são enquanto uma categoria interpretativa, pois permite dar sentido e estruturar práticas sociais específicas, mas também o são enquanto uma relação social que constitui as outras relações e atividades sociais (LAZAR, 2007).

Essa concepção do discurso permite pensar de maneira crítica na posição que determinados atores sociais ocupam dentro de suas práticas sociais e especificamente em relação ao gênero, ao mesmo tempo em que se coloca em questão qual ou quais aspectos semióticos estariam aí em causa. Considerar, pois, as questões de gênero em tais práticas sociais é não apenas apontar para a crítica necessária das relações de poder, mas principalmente para formas de resistência contra as relações de dominação de gênero e outras formas de opressão. Esses pressupostos corroboram com um dos objetivos da análise crítica do discurso em “analisar e revelar o papel do discurso na (re)produção da dominação” (PEDRO, 1997, p. 25). Como ressalta Michele Lazar (2007), a análise crítica do discurso feminista como uma perspectiva política sobre gênero está preocupada com a desmistificação das inter-relações de gênero, ideologia e poder, oferecendo desse modo uma correção para abordagens que favorecem um modo linguístico sobre outro. A autora propõe uma práxis crítica na análise feminista do discurso e nos instiga a desvelar e desconstruir a relação gênero, ideologia e poder, que está presente nas diversas manifestações das práticas discursivas. Partindo desse pressuposto, analiso os discursos parlamentares de Deputadas e Deputados da Câmara Legislativa do Brasil sobre a temática de gênero e sexualidade nas políticas de educação na maneira em que se apresentam como pronunciamentos públicos que afetam as representações sociais de mulheres e homens na sociedade.

O atual cenário político no Brasil em torno das políticas públicas de educação no debate da temática de gênero e sexualidade no contexto escolar tem se apresentado como fortemente polemizado. Vários são os trabalhos (REIS e EGGERT, 2017; FRIGOTTO et al., 2017; VIANNA e CAVALEIRO, 2012; VIANNA e UNBEHAUM, 2004) que analisam sobre o gênero na educação, seja na concepção e processos das políticas ou da disputa de grupos de interesses e contextos políticos e ideológicos, situando crítica e historicamente como na atualidade a sociedade se depara com forças conservadoras que se utilizam de vários mecanismos de imposição do poder. Os efeitos desses processos culminaram, por exemplo, na exclusão do tema “gênero e orientação sexual” de políticas educativas como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Ou

ainda, com a proposta de um projeto de lei chamado “Escola sem Partido” que tem o objetivo de modificar a Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em uma visão fantasiosa e incoerente de suposta educação apolítica.

O discurso como prática social, em tal contexto, é absolutamente significativo no modo como a relação gênero, ideologia e poder (LAZAR, 2007) se faz na dialética entre a determinação social do discurso e a construção social no discurso (FAIRCLOUGH, 2001). O que me desperta o interesse em analisar alguns pronunciamentos que são representativos dessas forças conservadoras, bem como os de resistência a elas, dentro da Câmara Legislativa do país, uma vez que esta é uma das instâncias institucionais do poder em que os projetos de lei entram em discussão<sup>4</sup> é importante compreender o tipo de mensagem dos discursos parlamentares para a sociedade.

Os discursos de parlamentares da Câmara são aqui apropriados enquanto textos. Mesmo que tenham sido proferidos oralmente, o acesso a eles ocorre na forma escrita. A pesquisa foi realizada no site<sup>5</sup> da Câmara das Deputadas e Deputados do Brasil e os discursos coletados foram proferidos na Sessão Plenária<sup>6</sup>, chamada de Grande Expediente. No link Discursos do site da Câmara, utilizei a busca por palavras-chave. O sistema tem registrado os pronunciamentos parlamentares desde 1946 até o presente, sendo que o resultado da pesquisa apresenta o discurso com redação final. Fiz o recorte histórico a partir de março de 2014 a março de 2018 como o período mais recente das tensões que envolveram as questões de gênero e sexualidade nas políticas de educação. O levantamento de dados resultou em um total de seis discursos, sendo dois no ano de 2014, dois no ano de 2015, um no ano de 2017 e um no ano de 2018, somente em relação aos pronunciamentos no Grande Expediente. Para palavras-chave como: gênero na escola, gênero na educação, gênero na política de educação, orientação sexual na educação, sexualidade na educação, não foram encontrados resultados no sistema. Já os termos isolados generalizam os assuntos no sistema de busca, sendo assim,

<sup>4</sup> Os projetos de lei podem ser apresentados no Senado ou na Câmara, e onde ele começa a tramitar primeiro se designa como Casa Iniciadora e na primeira etapa os projetos podem ser avaliados pelas Comissões ou pelo Plenário.

<sup>5</sup> Em <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>, primeiro acesso no dia 05/05/2020 e segundo acesso em 30/06/2020.

<sup>6</sup> A Sessão Plenária é realizada apenas uma vez ao dia, em todos os dias úteis, de segunda a sexta-feira, com início às 09 horas, quando convocadas para as sextas-feiras, e nos demais dias da semana às 14 horas. A Sessão Ordinária tem a duração de cinco horas e consta de: Pequeno Expediente (com duração de 60 minutos), Grande Expediente (com duração de 50 minutos, iniciando-se às 10h ou às 15h), Ordem do Dia (período em que há deliberação - discussão e votação de proposição) e Comunicações Parlamentares (Glossário Portal da Câmara dos Deputados).

optei por expressões mais específicas do contexto das tensões discursivas como a expressão “ideologia de gênero”.

## **Gênero e sexualidade na educação como momento semiótico dos discursos parlamentares**

A Câmara das Deputadas e dos Deputados é uma das instâncias do poder legislativo no Brasil onde a representação política é em si uma expressão complexa em face das atuações de parlamentares, dentre as quais seus pronunciamentos, que analiso desde uma perspectiva da análise crítica feminista do discurso. As práticas discursivas referentes à temática das questões de gênero e sexualidade na educação são instâncias dos processos decisórios que refletem como as políticas públicas são definidas, e em que pese a alcunha “casa do povo” é necessário a crítica feminista das conexões existentes entre os discursos parlamentares e os processos, as relações sociais, ideológicas e de poder que nos afetam na vida social.

A análise crítica feminista do discurso que emprego tem como ponto de partida questionar qual aspecto semiótico está em causa nos pronunciamentos parlamentares, ao tratar da política de educação em relação ao gênero e sexualidade. Os discursos analisados demonstram como gênero, ideologia e poder estão imbricados em um espaço complexo de disputa e legitimação de grupos políticos. Já nos sumários<sup>7</sup> dos pronunciamentos é observável uma semiose que reflete a posição que os/as atores/as políticos/as ocupam em suas práticas parlamentares. Como se observa em alguns desses sumários reproduzidos abaixo:

**Alerta aos Deputados** da bancada católica para a não inclusão da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação. Dep. Eros Biondini, PTB - MG (Diário da Câmara dos Deputados, 26/03/2014, p. 82).

Defesa da inclusão no projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação – PNE da abordagem da identidade de gênero e orientação sexual no espaço da escola. Dep. Erika Kokai, PT – DF (Diário da Câmara dos Deputados, 11/04/2014, p. 21).

**Repúdio** à Resolução nº 12, de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT. Dep. Eduardo Bolsonaro, PSC - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 23/03/2015, p. 50).

<sup>7</sup> Os sumários são os títulos dos assuntos que serão abordados pelas e pelos parlamentares, alguns abordam diferentes assuntos no mesmo discurso, de modo que ficam extensos, aqui optei apenas pelo excerto do sumário que corresponde ao tema deste trabalho.

**Preocupação** com a moralidade sexual nos educandários do País. Dep. Pr. Marco Feliciano, PSC - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 14/04/2015, p. 61).

**Repúdio** à ideologia de gênero. Dep. Lincoln Portela, PRB - MG (Diário da Câmara dos Deputados, 24/10/2017, p. 56).

Posicionamento contra a ideologia de gênero. Dep. Vinicius Carvalho, PRB - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 13/03/2018, p. 128).

Ao longo desses cinco anos (2014 a 2018), os primeiros termos que iniciam os referidos sumários representam, provavelmente, o momento ápice do tom discursivo em que as disputas político-ideológicas ocorrem no cenário das políticas públicas de educação no país. A expressão “ideologia de gênero” está presente desde os anos de 1990 no cenário discursivo (MACHADO, 2018), mas é principalmente durante a discussão do novo Plano Nacional de Educação em 2014 e da Base Nacional Comum Curricular em 2017/2018 que ela aparece mais recorrente e midiática. A fala de posse do atual Presidente, Jair Bolsonaro, em 2019, ao proferir a expressão “combater a ideologia de gênero” pontuou para a continuidade de tais práticas discursivas na educação e em outros setores da política social em relação ao gênero e a sexualidade.

As seguintes expressões “alerta aos deputados” e “repúdio”, como posicionamentos em primeira pessoa, lançam a temática de gênero e sexualidade desenhada como um problema social. O que a escolha de um termo, palavra ou expressão tem de significativo nesse contexto é como ela revela o aspecto ideológico do discurso parlamentar, que se constitui como prática política e prática ideológica (FAIRCLOUGH, 2001). Os sumários, desse modo, mostram como ocorre uma manipulação na dinâmica discursiva para reforçar valores políticos ideológicos que contribuem para a manutenção de relações de poder em relação a uma defesa de estrutura heteronormativa para o contexto escolar e para a sociedade.

O discurso do deputado Eros Biondini (2014), por exemplo, é restrito a tão somente sete linhas, enquanto há outros mais extensos que tentam empregar mais eloquência na mensagem. A questão, contudo, é a ideia comum que se repete em tal dinâmica discursiva, na seleção de termos e na estrutura do argumento, pois representa uma trajetória fantasiosa do que eles vão construindo como “ideologia de gênero”. Os trechos a seguir evidenciam essa constante:

[...] maldito golpe que as famílias brasileiras estão sofrendo por terem a sua privacidade invadida pela **maldita** ideologia de gênero, que veio para perturbar a família brasileira. [...]

**Maldita** ideologia de gênero! A ideologia de gênero é **maldita** em si mesma; ela é **maldita** porque vem de uma história de maldição e é **maldita** porque há grupos de grandes empresas que, em vez de abençoarem o mundo, estão amaldiçoando o mundo. Malditas sejam, pois, também essas empresas que tentam fazer com que o povo brasileiro engula isso. Outros países não engoliram. Pessoas foram às ruas para se livrarem dessa **maldição**. Não queremos esse golpe, esse soco, essa pisadura nas famílias brasileiras. Dep. Lincoln Portela, PRB - MG (Diário da Câmara dos Deputados, 24/10/2017, p.56 e 61).

Os **ditos teóricos** no assunto afirmam que ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir a própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida. ‘Homem’ e ‘mulher’, portanto, seriam apenas papéis sociais flexíveis, que cada um representaria como e quando quisesse, independentemente do que a biologia determine como tendências masculinas e femininas. O fato é que as diferenças genitais entre os seres humanos já não importariam culturalmente. Dep. Vinicius Carvalho, PRB - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 13/03/2018, p. 128).

O termo “maldita” no discurso do deputado Lincoln Portela (2017), apresentado acima, é repetido sete vezes, sendo que em seis deles o termo está associado à expressão “ideologia de gênero”. É um discurso cheio de frases dramáticas para reforçar um aspecto negativo extremado. A repetição, a dramaticidade e a exageração são muito recorrentes nos discursos dos deputados que compartilham do posicionamento ideológico contrário à temática de gênero e sexualidade na educação.

Já o uso da adjetivação em “ditos teóricos” empregado no discurso do deputado Vinicius Carvalho (2018) demonstra o confronto pessoal entre seu posicionamento como Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus e a afirmação científica de estudiosos/as das questões de gênero que ele busca desautorizar. O uso da linguagem tem uma natureza pragmática (LAKOFF, 2010), mas fundamentalmente representa um local de lutas, onde forças de reprodução e contestação são desempenhadas (LAZAR, 2007).

A linguagem, portanto, não tem apenas um caráter formal. Juntamente com o seu papel como ferramenta social, ela precisa ser entendida como atividade/ação que orienta para alguma significação (RESENDE; RAMALHO, 2006). A dramaticidade desses discursos é assim típica da retórica religiosa que esses políticos trazem das suas profissões como pastores de igrejas evangélicas para a Câmara. Lincoln Portela também é pastor evangélico da Igreja Batista e tem no seu discurso o que eu chamo de uma espécie de *bricolagem discursiva*, onde



diferentes termos fora de contexto são “colados” para criar um efeito semiótico. Por exemplo, ele afirma em seu discurso:

Hoje, os marxistas, grandes empresas mundiais e algumas pessoas ligadas aos não esquerdistas argumentam que existe preconceito e discriminação para persuadir crianças e adolescentes a agirem como o marxismo prega. O objetivo é alienar, afastar as crianças da educação moral prestada pelos pais. Além disso, pregam o ódio àquele que tem o pensamento divergente daquilo que eles acreditam. Dep. Lincoln Portela, PRB - MG (Diário da Câmara dos Deputados, 24/10/2017, p. 59).

O discurso acima também diz respeito aos processos de desinformação que se tornaram uma arma política na manipulação da expressão “ideologia de gênero”.

Vários são os termos e/ou expressões que constroem no discurso uma significação para a expressão “ideologia de gênero” de acordo com os valores ideológicos dos parlamentares, tais como:

Sras. e Srs. Parlamentares, nada pior do que **nossos filhos serem brutalizados** da maneira como estão sendo, **serem violentados** da maneira como estão sendo, serem obrigados a vestir saia, serem obrigados a passar batom, serem obrigados a engolir intelectualmente aquilo que eles não querem digerir. Chega! É preciso dar um basta. A população brasileira não quer isso. Dep. Lincoln Portela, PRB - MG (Diário da Câmara dos Deputados, 24/10/2017, p. 59).

[...]estão tentando institucionalizar o errado como certo. No caso particular, a questão da ideologia de gênero é a desconstrução daquilo que Deus criou: macho e fêmea, homem e mulher. O que quiserem inventar sabemos que é **arquitetado maligna**. Dep. Pastor Eurico, PHS - SP aparte ao Dep. Portela (Diário da Câmara dos Deputados, 24/10/2017, p. 60-1).

É inconcebível que o sentido do termo “gênero” tenha evoluído, diferenciando-se da palavra sexo, para expressar a **falsa realidade** de que a situação e os papéis da mulher e do homem são construções sociais sujeitas à mudança. Convenhamos, isso significa muito mais que falha da mente humana: é a **subversão da própria identidade**.

Mais grave ainda é os tais ditos teóricos da ideologia de gênero **terem como alvo crianças e adolescentes**, afinal a educação sexual é muito diferente do incentivo à **indefinição sexual**, o que traz a esta população vulnerável insegurança, inadaptção e risco, com consequências devastadoras.

[...]

**Precisamos nos empenhar para combater incansavelmente a ideologia de gênero no Brasil**, porque esta ideia vai além de desconstruir a sexualidade. Esta ideia resulta na **desconstrução do ser humano** em si. (...). Dep. Vinicius Carvalho, PRB – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 13/03/2018, p. 128-9).

As expressões: “nossos filhos serem brutalizados”; “arquitetação maligna”; “falsa realidade”, “tem como alvo crianças e adolescentes”, “incentivo à indefinição sexual”, “desconstrução do ser humano” realçam uma ideologia de cariz religioso-fundamentalista. A atratividade do discurso tem um público-alvo que pode ser movido pela identificação religiosa. As práticas sociais, nesse sentido, implicam nas maneiras em que a linguagem e o discurso refletem a negociação pragmática que aparece na fala e no contexto da fala e que precisa ser entendida no que é explicitado e no que está implícito ou silenciado.

Há, desse modo, uma exploração significativa da expressão “minoría” para afirmar a existência de um suposto preconceito contra cristãos.

O Brasil não pode criar soldados utilizando o mantra ideológico de uma **minoría**. **Não acreditem** quando dizem que estão querendo instituir a “lei da mordação”. Essa é mais uma desvirtuação da **verdadeira causa**. **Devemos lutar** para que **cada coisa esteja em seu devido lugar**: pais e responsáveis ensinam princípios éticos, morais e religiosos, enquanto educadores utilizam a cátedra para transmitir ensinamentos técnicos, como língua portuguesa, matemática e ciências.).

[...]

Não é meu papel questionar as pessoas que acham que são isso ou aquilo. Na medida em que não afetem **a lei geral e os costumes da civilização**, as pessoas podem julgar que são o que quiserem. Com tanta liberdade, contudo, **não me conformo com a discriminação que há contra os cristãos**. Ora, se há 56 gêneros sexuais diferentes, por que os cristãos são discriminados por suas opções de fé? Dep. Lincoln Portela, PRB - MG (Diário da Câmara dos Deputados, 24/10/2017, p. 65- 66).

No texto transcrito do discurso proferido pelo deputado Portela (2017), o termo “minoría” não aparece, mas irá constar três vezes no texto revisado e encaminhado<sup>8</sup>, do qual se destaca o excerto acima. A expressão “lei da mordação” faz referência ao Projeto de Lei “Escola sem Partido”, cunhada assim devido ao seu caráter proibitivo para um conjunto de conteúdo, dentre os quais gênero e orientação sexual.

O termo “minoría” também aparece três vezes no discurso do deputado Carvalho (2018), reproduzido abaixo. No entanto, ao mesmo tempo em que a “minoría” pode ser

<sup>8</sup> O sistema da Câmara tem o registro do pronunciamento parlamentar no modo como foi realizado, registrando interações, interferências, se o microfone foi desligado etc. e também tem o registro desse mesmo pronunciamento quando este é encaminhado de maneira revisada pelo orador. No caso do discurso do deputado Portela, o seu pronunciamento foi revisado e modificado substancialmente em relação ao que foi proferido, o novo texto retira todas as passagens nas quais ele incita a violência física, retira umas passagens de *bricolagem discursiva* e dá ênfase a um tom de indignação mais religiosa. A forma e estrutura do texto muda muito, mas não tenho espaço nesse artigo para considerar essa modificação, de modo que o considero como o mesmo discurso uma vez que o sistema da Câmara me permite acessá-lo dessa forma ao incluir os dois textos como o mesmo discurso na mesma busca.

“determinadas mídias” que influenciam a opinião pública, também pode ser uma “minoria” que atua na educação para destruir a família. Não é possível, portanto, saber exatamente quem é ou quem são a “minoria”.

Nós cidadãos de bem precisamos “combater o bom combate”. Não podemos nos influenciar por uma **minoria, composta por determinadas mídias que tentam manipular a opinião pública**, de forma a parecer absolutamente normal o que, na verdade, é um engodo ideológico sem qualquer base científica, que parte de premissas rigorosamente falsas e sem amparo ou evidência empírica. Estas premissas servem para sustentar a tese irracional de que o ser humano possuiria aquilo que chamam de gênero.

[...]

Uma **minoria** insiste em dizer que a heterossexualidade não existe, que ela não é normal e que é uma norma imposta. **Na educação, o intuito é desconstruir valores familiares, morais e religiosos**, colocando a criança em conflito com sua realidade, para provocar no núcleo familiar uma guerra de valores.

Esta **minoria**, com toda a certeza, é adepta da teoria da desconstrução, teoria essa de que todos precisamos ter o mínimo de conhecimento e o máximo cuidado, porque ela pretende **desconstruir a Fé, Deus, a sexualidade e, consequentemente, a sociedade**. Dep. Vinicius Carvalho, PRB – SP (Diário da Câmara dos Deputados, 13/03/2018, p. 129-130).

Para além de uma indignação pessoal presente no pronunciamento do parlamentar Portela (2017) mais obviamente na expressão “não me conformo”, o que é interessante perceber nesses discursos é uma modalização representada por presunção e autoritarismos. Na utilização do verbo no imperativo nas expressões “não acreditem”, “devemos lutar”, “nos empenhar para combater incansavelmente” e na busca por afirmar um suposto pressuposto de universalidade em expressões como “verdadeira causa”, “cada coisa esteja no seu devido lugar”, “desconstruir valores familiares, morais e religiosos” e ainda, “lei geral e os costumes da civilização”.

É preciso atentar, fundamentalmente, que os discursos parlamentares têm um mundo material do qual não se pode perder de vista, principalmente quando usam um “nós” contra uma realidade escolar criada em recursos simbólicos/discursivos a partir de valores ideológicos particulares com a pretensão de universalizá-los. “Uma vez que o poder depende da conquista do consenso e não apenas de recursos para o uso da força, a ideologia tem importância na sustentação de relações de poder” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 46). A modalização, nesse sentido, é marcada principalmente quando nesses discursos produzem um contexto escolar dissociado da realidade concreta da escola e sua historicidade. Assim, afirmam:

Ou seja, o menino foi para a escola hoje, e, se hoje ele não se sente homem, ele pode simplesmente ir ao banheiro das meninas e lá ficar à vontade, e vice-versa. Dep. Pr. Marco Feliciano, PSC - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 14/04/2015, p 61).

Hoje mesmo vi um caso - não me preocupei em saber em qual país aconteceu, porque eu precisava fazer este pronunciamento - em que duas professoras estavam obrigando uma criança de 6 anos a passar batom. Aquela criança chorava no meio da sala de aula! Isso é *bullying*! Isso é crime! Isso é um abuso! Dep. Lincoln Portela, PRB - MG (Diário da Câmara dos Deputados, 24/10/2017, p. 57).

As práticas discursivas conservadoras constroem dessa maneira uma sensação de pânico, mas sem nenhum comprometimento com a veracidade dos fatos.

O pronunciamento da deputada Erika Kokay (2014), diferentemente dos anteriores, tem um discurso mais crítico em relação à educação, contudo, sem exemplos mais palpáveis do cotidiano da escola não a coloca em um âmbito de mais proximidade para com os sujeitos do contexto escolar, nomeadamente discente e/ou professor/a. Por outro lado, chama a atenção que a experiência mais concreta e que toca a todos e todas é a importância social e cultural da escola.

241

Está pontuada uma polêmica que busca tirar o universo da escola, e o universo da escola constrói e marca. Nós somos marcados pelas nossas experiências nas escolas, e nós somos marcados ou para a construção da necessária liberdade e do caráter libertário e de consciência crítica que todo o ser humano tem que ter, ou pela subalternização e pela dor. Dep. Erika Kokai, PT -DF (Diário da Câmara dos Deputados, 11/04/2014, p. 21).

O pronunciamento da deputada, dentre os aqui analisados, é o único que nos remete as relações de gênero, ideologia e poder de maneira crítica e instigadora. O seu discurso é polido em relação ao dos homens e tem como argumento central os direitos humanos. Assim, ela questiona em seu discurso questões que nos remetem à crítica necessária das contradições da realidade social:

Como podemos permitir, então, que tenhamos seres humanos que não podem expressar a sua afetividade porque temos uma sociedade pautada na heteronormatividade? Como podemos dizer que há igualdade de direitos, se temos **milhões de mulheres**, todos os dias, no nosso País, que não querem voltar para casa porque são submetidas a uma lógica de tortura permanente, para nos lembrar de que **as salas escuras da ditadura ainda permanecem**

**muitas vezes nos lares do nosso País?** Dep. Erika Kokai, PT - DF (Diário da Câmara dos Deputados, 11/04/2014, p. 22).

É também um pronunciamento que recorre a efeitos discursivos, pois “milhões de mulheres” não se trata de nenhuma estatística concreta, mas chama a atenção para uma realidade que existe, que é inclusive explorada pela mídia brasileira sensacionalista. Esse aspecto, da violência contra a mulher constantemente televisionada, cria a sensação de um fato “normal” e quase corriqueiro uma vez que a população a recebe como mais uma informação da TV. O uso da metáfora na expressão “salas escuras” para se referir à violência sexista, no pronunciamento da deputada, torna o seu discurso menos popular, porque observa e entende que a violência de gênero deve ser considerada em sua complexidade.

O caráter populista e alarmista dos pronunciamentos são uma das principais características dos discursos dos conservadores de extrema-direita. É assim o modo como se pronuncia o deputado Eduardo Bolsonaro:

Outro assunto de que quero tratar, Sr. Presidente, é referente à Resolução nº 112, de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da semana passada. Vou ler aqui apenas três artigos dela aqui, para não ser muito extensivo. É uma resolução que trata das nossas escolas, e de repente a pessoa que está em casa não tem conhecimento dela [...] O mais impressionante é o art. 8º, que diz: "Art. 8º. A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável." **Senhor pai e senhora mãe** que me escutam neste momento em casa, sabem qual é a sua autoridade perante seu filho? Zero! Ele vai poder fazer o que bem entender, nesse sentido, dentro das escolas. É o dane-se! É a institucionalização da casa da mãe joana! Dep. Eduardo Bolsonaro, PSC - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 23/03/2015, p.50).

242

É um discurso de frases curtas, com ênfase à sua própria leitura enviesada da resolução, sem crítica, sem historicidade ou base empírica, sem profundidade, e com expressões até mesmo chulas, mas se dirige as pessoas ouvintes da TV ou Rádio Câmara voltando-se para a autoridade do “senhor pai e a senhora mãe”. A apelação para a instituição familiar na autoridade do pai e da mãe é um dos recursos simbólicos/discursivos para criar uma suposta proximidade para quem ele direciona a fala. Mas o que se observa aqui é o acesso às instâncias decisórias dessa fala enquanto discurso como prática política e ideológica que se constitui “na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais” (RAMALHO;

RESENDE, 2006, p. 36) contra a resolução e contra todas as políticas que consideram as questões de gênero e sexualidade na educação.

Os questionamentos presentes no discurso da deputada Erika Kokay (2014) estão em um nível muito mais profundo e crítico da realidade social quanto ao contexto escolar e suas problemáticas em relação à sociedade e não como uma instituição isolada em si mesma. Muito diferente também dos questionamentos em relação ao contexto escolar no discurso do deputado Pastor Feliciano, por exemplo, que os coloca a partir de sua perspectiva patriarcal e “moral” em relação às mulheres.

Eu fico pensando, Sr. Presidente: quem é que pode salvaguardar a integridade das moças, das mulheres? quem é que pode limitar o pensamento dessas pessoas acerca de sua má-fé, daquilo que ela esteja fazendo ou não? Dep. Pr. Marco Feliciano, PSC - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 14/04/2015, p.61).

Muito diferente é ainda o sujeito coletivo “nós” da representação política que está presente no discurso da deputada em relação aos discursos dos demais deputados homens. O “nós” no discurso da deputada Kokay se remete no primeiro caso para uma experiência e condição de humanidade, portanto, para nós seres humanos. Já em outros momentos do seu discurso o “nós” é orientado para a condição de representante político enquanto parlamentares. Ela afirma:

Não podemos isolar as políticas públicas, porque os direitos são diversos (...) E digo isso porque, na discussão que temos hoje do PNE, tenta-se impedir que **tenhamos**, nesse espaço da escola, **o diálogo entre seres humanos** inteiros, seres humanos com seus sonhos, com a sua condição humana, que, por si só, já lhe assegura direitos. Então, **se negarmos** que esse espaço seja de desconstrução de uma cultura que hierarquizou os seres humanos, **estaremos negando a possibilidade de libertação deste País** (...). Por isso, Sr. Presidente, **não há como acharmos que pode ser tirada da escola sua missão de humanização** da nossa sociedade, sua missão de igualdade de direitos. Dep. Erika Kokai, PT - DF (Diário da Câmara dos Deputados, 11/04/2014, p. 21).

O “nós” nos discursos dos demais deputados homens tem diferentes significações, ao se referir ao poder do seu grupo político, ao ser utilizado para desqualificar “os outros”, ao se referir também ao seu grupo religioso ou ainda à sua própria vontade de ação política. Nessa ordem de significação, podemos constatar nos excertos dos discursos abaixo:

**Nós aqui nesta Casa derrubamos** a ideologia de gênero, que, por duas vezes, Ministros tentaram fazer voltar através de portarias, e não conseguiram (Lincoln Portela, PRB-MG, 24/10/2017, p.56).

**Nós acreditamos que a verdade vai prevalecer.** Ainda que muitas das vezes os filhos das trevas sejam mais prudentes que os filhos da luz, a verdade tem que ser dita em qualquer que seja o lugar. E a verdade é aquela que prevalece, que é a verdade das famílias, da casa, do lar e da proteção de um lar à luz da Palavra de Deus. Parabéns, Deputado Lincoln Portela! Aparte (interação no discurso do deputado)<sup>9</sup> Dep. Cabo Sabino, AVANTE - CE (Diário da Câmara dos Deputados, 24/10/2017, p. 60).

**Nós, cidadãos de bem,** precisamos "combater o bom combate". Dep. Vinicius Carvalho, PRB - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 13/03/2018, p. 129).

Sras. e Srs. Deputados, **quero falar em nome da bancada católica.** Dep. Eros Biondini, PTB - MG (Diário da Câmara dos Deputados, 26/03/2014, p. 82).

**Eu peço aos Deputados da Comissão que me ajudem a sustar essa resolução** do Conselho Nacional de Direitos Humanos, **para o bom andamento do nosso País** e para que os nossos filhos sejam resguardados. Dep. Pr. Marco Feliciano, PSC - SP (Diário da Câmara dos Deputados, 14/04/2015, p. 61).

Os discursos aqui analisados apresentam muito mais elementos sociolinguísticos que remetem aos aspectos ideológicos, autoritários, entre outras caracterizações de semiose que poderiam ser desveladas e exploradas nessa análise crítica. Mas considero ter focado na importância do momento semiótico em causa ao se referirem à educação, gênero e sexualidade na política pública.

Como uma análise crítica feminista de tais práticas discursivas o que essa abordagem busca demonstrar ainda é que em tais discursos está ocorrendo um chamado para algo concreto para a realidade social brasileira. Uma vez que posso inferir que nos discursos parlamentares, contrários às questões de gênero e sexualidade na educação, o local de disputa não está necessariamente no discurso, os seus pronunciamentos não têm uma preocupação rigorosa com a argumentação para historicizar ou contextualizar a realidade escolar, não tem uma elaborada sofisticação para o convencimento, são mais diretos, autoritários e inclusive

---

<sup>9</sup> O discurso do deputado Portela é o único dentre os aqui coletados que tem interação entre falantes, porém, devido ao espaço desse artigo não é possível abranger os aspectos também dessa interação discursiva. Assim como outros elementos importantes não podem ser abrangidos aqui, como os momentos de fala para considerar a ideologia partidária a qual pertencem, ou as regiões do país de onde são provenientes, dentre outros elementos de interação. Ou ainda o fato de que no discurso da deputada Erika Kokay o microfone foi desligado em um momento de crítica ao governo do Fernando Henrique Cardoso.

agressivos. Essas falas, portanto, constroem uma estrutura ideológica do discurso do tipo “nós contra a minoria” em um chamado e/ou orientação para a obediência à elite conservadora. Principalmente no modo como os pressupostos ideológicos são reativados e circulados através do discurso como algo comum e natural, como tem sido com a ideia de dois sexos inerentemente contrastivos e complementares (LAZAR, 2007).

Este discurso “nós contra a minoria”, por outro lado, não ignora a força material e discursiva dos grupos de resistência e daí tem como estratégia “o expurgo do outro, em que se objetiva representar simbolicamente o grupo que possa constituir obstáculo ao poder hegemônico como um inimigo que deve ser combatido” (RAMALHO e RESENDE, 2006, p. 51). Nesse contexto, o discurso da deputada Erika Kokay não é apenas uma ruptura dentre aqueles discursos parlamentares, mas principalmente é representativo da resistência, da luta por uma ideologia mais igualitária em que a temática de gênero e sexualidade na educação se faz necessária.

## Considerações Finais

Esse trabalho realizou uma análise crítica feminista de seis discursos de parlamentares da Câmara das Deputadas e Deputados do Brasil em relação à temática de gênero e sexualidade na política de educação, no período de março de 2014 a março de 2018. Abordei alguns elementos sociolinguísticos que estavam marcadamente presentes nos pronunciamentos parlamentares, ao mesmo tempo em que analisei os aspectos ideológicos nos quais a relação gênero, ideologia e poder é reforçada ou, ao contrário, é criticada.

Os pronunciamentos parlamentares contrários à temática gênero e sexualidade na educação revelam recursos simbólicos/discursivos com o intuito de manter as relações de poder da elite dominante. O acesso às instâncias decisórias da política, como o espaço da Câmara Legislativa, para representar os seus interesses particulares, demonstra o desequilíbrio na correlação de forças entre os grupos que detêm o poder discursivo. São discursos ideológicos que exercem o poder para um chamado de obediência, de ordem da sociedade brasileira e, para tanto, constroem uma estrutura discursiva do tipo “nós contra a minoria” – que implica em efeitos concretos no modo como afeta mulheres e homens na vida social.

Os efeitos das práticas discursivas parlamentares conservadoras estão presentes no quadro atual do cenário político e social quando da legitimação da violência nos discursos de ódio, na misoginia, na homofobia, no racismo e em toda forma de expressão que atenta contra



os direitos humanos. O retrocesso nas questões de gênero no âmbito da política educativa são consequências anunciadas da guinada à extrema-direita no país, sendo a sua máxima expressão a postura do atual presidente, que em sua tomada de posse declara “combater a ideologia de gênero”.

É uma relação dialética, portanto, entre o discurso e o social, constituída pelas situações sociais, instituições e estruturas. A noção do que é aí constituído diz respeito ao ato de construção de significado através da linguagem (falada e escrita) e outras formas de semiose que, por um lado, contribui para reprodução e manutenção da ordem social, mas por outro, pode contribuir para a resistência e transformação dessa ordem (LAZAR, 2007).

É preciso, desse modo, pontuar rapidamente alguns aspectos que emergiram nos discursos parlamentares e assinalar a importância de combatê-los.

A questão da negação da realidade social na sua diversidade precisa ser constantemente politizada, visto que fazer referência a ela é reivindicar direitos sociais e humanos para toda a sociedade. Outra questão é a suposta defesa dos valores cristãos ou ainda da família cristã, quando é preciso lembrar que existem diferentes interpretações da fé cristã, como exemplo de diversidade religiosa e não de universalidade, do mesmo modo que as configurações sociais de família são plurais. Já a construção da assimetria “minoría” e “nós”, não é nada sofisticada nos discursos parlamentares, porque eles não compartilham da vivência cotidiana da população e menos ainda dos mesmos interesses. Quando a expressão “nós” for evocada, é preciso questionar quais são os aspectos que compartilhamos e como os vivenciamos, como a cor da minha pele, o gênero, a condição de moradia e salarial, o tempo e lugar de lazer, entre outros fatores da vida pública. Questionar o modo como as expressões da extrema-direita nos atinge é sempre um exercício necessário. É preciso, principalmente, combatê-las.

## Referências

BIONDINI, Eros. **Alerta aos Deputados da bancada católica para a não inclusão da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação**. 26/03/2014. Pronunciamento. Brasília: Diário da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> Consultado a 05.05.2020.

BOLSONARO, Eduardo. **Repúdio à Resolução nº 12, de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais** - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência

de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. 23/03/2015. Pronunciamento. Brasília: Diário da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/> Consultado a 30.06.2020.

CARVALHO, Vinicius. **Posicionamento contra a ideologia de gênero**. 13/03/2018. Pronunciamento. Brasília: Diário da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/> Consultado a 05.05.2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FELICIANO, Pr. Marco. **Preocupação com a moralidade sexual nos educandários do País**. Anúncio de apresentação de projetos de decreto legislativo para sustação das resoluções da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, sobre, respectivamente, a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis em instituições de ensino, e os parâmetros para inclusão dos itens orientação sexual, identidade de gênero e nome social nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais. 14/04/2015. Pronunciamento. Brasília: Diário da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/> Consultado a 05.05.2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

**Glossário do Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/> Consultado a 05.05.2020 e 30.06.2020.

KOKAY, Erika. **Defesa da inclusão no projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação** - PNE da abordagem da identidade de gênero e de orientação sexual no espaço da escola. Investimentos e programas do Governo Dilma Rousseff em prol do ensino de qualidade e humanizado. Caráter eleitoreiro de denúncias da Oposição a respeito da compra pela PETROBRAS da usina de Pasadena, nos Estados Unidos da América. Crescimento e valorização da estatal no Governo petista”. 11/04/2014. Pronunciamento. Brasília: Diário da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/> Consultado a 05.05.2020.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher In.: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 13-30.

LAZAR, Michelle M. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. **Critical Discourse Studies**, 4 (02), p. 141-164, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17405900701464816> Consultado a 05.05.2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, 26 (2), p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463> Consultado a 10.06.2020.

PEDRO, Emília Ribeiro (org<sup>a</sup>). **Análise Crítica do Discurso**. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

PORTELA, Lincoln. **Repúdio à ideologia de gênero**. 24/10/2017. Pronunciamento. Brasília: Diário da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Consultado a 05.05.2020.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, 38 (138), p. 9–26, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017165522> Consultado a 28.05.2020.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

VIANNA, Cláudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. Políticas públicas de educação e diversidade: gênero e (homo)sexualidades. **Revista Gênero**, 12 (02), p. 27-45, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v12i2.413>. Consultado a 30.06.2020.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O Gênero nas Políticas Públicas de Educação no Brasil: 1988–2002. **Cadernos de Pesquisa**, 34 (121), p. 77–104, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000100005> Consultado a 30.06.2020.

Recebido em: 14 de fevereiro de 2021.

Aprovado em: 21 de março de 2021.